

A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 6

Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Éverton Nery Carneiro
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2020

A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 6

Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Éverton Nery Carneiro
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>A educação no âmbito do político e de suas tramas 6 [Recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Elisângela Maura Catarino, Éverton Nery Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-050-6 DOI 10.22533/at.ed.506201805</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Políticas públicas. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Catarino, Elisângela Maura. III. Carneiro, Éverton Nery.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.81</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores, o e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 6”, contém histórias, relatos de experiências e de investigações desenvolvidas em vários contextos de formação científica. A diversidade de autores e de suas áreas de atuação colaboraram para a construção de um processo plural e múltiplo de pensar. Organizado em dois eixos temáticos, traz discussões que perpassam pelos pressupostos teórico-metodológicos, dando visibilidade a estudos e resultados de práticas, nas seguintes dimensões: (i) Educação entre as políticas e confabulações sociais – uma seção composta por 11 artigos que endossam a reflexão sobre políticas públicas e políticas educacionais, a partir dos seguintes liames – Interdisciplinaridade no meio acadêmico; Metodologias ativas na formação continuada de docentes; O cuidar e o educar na Educação Infantil; O estudante surdo/aproximações iniciais; Política educacional; Programa escola do amanhã x IDEB; Perfil políticos de estudantes de jornalismo do Centro-oeste do Brasil; Políticas Educacionais-breves reflexões; Políticas públicas-FUNDEB; PMBA x Escola-cidadania; Ensino religioso na rede pública municipal-Vila Velha ES. (ii) A proeminência da educação em contextos sociais - nessa seção a educação em diálogo com as tramas sociais se materializa nos discursos que trazem marcas e identificação da complexidade do cotidiano brasileiro; por esses discursos perpassam as seguintes ideias - Interações entre Universidade e Escola; Metodologias Participativas; Pedagogo e concursos públicos; Ser professor na/para Educação Inclusiva; Serviço social/profissionais híbridos; Atuação docente; As interações sociais para a prevenção e combate ao bullying; Potencial de fitorremediação; Saúde pública/Educação Ambiental; Residência Pedagógica; Escola sem partido.

Portanto, este é um e-book que abrange e diversifica discussões no tripé – Educação-Política-Trama Social, organizado em 24 textos que poderão colaborar para a formação de estudantes, desenvolvimento profissional de professores que dialogam e/ou têm pretensão de aprofundarem-se sobre as temáticas discutidas.

Marcelo Máximo Purificação

Filomena Teixeira

Cláudia Denis Alves da Paz

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS E AS CONFABULAÇÕES SOCIAIS

CAPÍTULO 1	1
INTERDISCIPLINARIDADE NO MEIO ACADEMICO: UM CIRCUITO DE AÇÕES EDUCATIVAS NOS MUSEUS DA UFU	
Amanda Patricia Tagliaro Humberto Torres Gonzales	
DOI 10.22533/at.ed.5062018051	
CAPÍTULO 2	9
METODOLOGIAS ATIVAS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES PARA A MODALIDADE A DISTÂNCIA	
Aline Pinto Amorim Cherini Dulcileia Marchesi Costa	
DOI 10.22533/at.ed.5062018052	
CAPÍTULO 3	23
O CUIDAR E O EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Karin Débora Rodrigues Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.5062018053	
CAPÍTULO 4	32
O ESTUDANTE SURDO E A RECEPÇÃO FILOSÓFICA NO ENSINO MÉDIO: APROXIMAÇÕES INICIAIS	
Edson Teixeira de Rezende Geraldo Balduino Horn Sueli Fatima Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.5062018054	
CAPÍTULO 5	47
O PAR COMO MECANISMO DE POLÍTICA PÚBLICA NA LITERATURA DA POLÍTICA EDUCACIONAL	
Jacqueline Nunes Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.5062018055	
CAPÍTULO 6	59
O PROGRAMA ESCOLAS DO AMANHÃ: ORIGENS, IMPLANTAÇÃO E OS RESULTADOS NO IDEB	
Luiza Alves de Oliveira Jairo Campos dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.5062018056	
CAPÍTULO 7	76
PERFIL POLÍTICO DE ESTUDANTES DE JORNALISMO – UMA ANÁLISE DE TRÊS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DA REGIÃO CENTRO-OESTE	
Antonia Alves Pereira Rosana Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5062018057	

CAPÍTULO 8 91

POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: BREVES REFLEXÕES

Welton Rodrigues de Souza

DOI 10.22533/at.ed.5062018058

CAPÍTULO 9 100

POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS NA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O FUNDEB

Vanessa de Aguiar Oliveira Laja

Elisabeth dos Santos Tavares

Michel da Costa

DOI 10.22533/at.ed.5062018059

CAPÍTULO 10 111

PROJETO UM CAMINHAR PARA A CIDADANIA: DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA RELAÇÃO PMBA E ESCOLA

Luciano Araújo Lima

Aline Maria da Conceição de Jesus

DOI 10.22533/at.ed.50620180510

CAPÍTULO 11 113

RELIGIÃO NA ESFERA PÚBLICA: QUESTÕES PEDAGÓGICAS, TÉCNICAS E SOCIOCULTURAIS DO ENSINO RELIGIOSO NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA

Alexandre Camelo Tavares

Ivani Coelho Andrade

DOI 10.22533/at.ed.50620180511

A PROEMINÊNCIA DA EDUCAÇÃO EM CONTEXTOS SOCIAIS

CAPÍTULO 12 120

INTERAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA: PROPOSTAS PARA PENSAR A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INOVADORES

Camila de Barros Rodenbusch

Fernanda Fátima Cofferi

Sheila Caroline Saviczki

Bettina Steren dos Santos

Lorena Machado do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.50620180512

CAPÍTULO 13 131

METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS PARTICIPATIVAS: AVALIANDO À APRENDIZAGEM

Marta Fuentes-Rojas

Priscilla Perla Tartarotti Von Zuben Campos

DOI 10.22533/at.ed.50620180513

CAPÍTULO 14 143

O LUGAR DO PEDAGOGO NÃO ESCOLAR NOS EDITAIS (2010-2019) DE CONCURSOS PÚBLICOS NO DISTRITO FEDERAL

Francisco Thiago Silva

Danilo Nogueira de Souza Pugas

Edna Mara Correa Miranda

DOI 10.22533/at.ed.50620180514

CAPÍTULO 15 159

O PENSAR, O SENTIR E O AGIR DOCENTE NA TRANSFORMAÇÃO DO SER PROFESSOR PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Marcia Raika e Silva Lima

DOI 10.22533/at.ed.50620180515

CAPÍTULO 16 169

O SERVIÇO SOCIAL E A DIMENSÃO DA LINGUAGEM: “NOVOS DESAFIOS PROFISSIONAIS NO ENSINO HÍBRIDO”

Geni Emília de Souza

Elisangela Pereira de Queiros Mazuelos

Anderson Barros da Silva

Kelly Cristina Coutinho

DOI 10.22533/at.ed.50620180516

CAPÍTULO 17 184

OS DESAFIOS PARA A ATUAÇÃO DOCENTE NA OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA O ENSINO MÉDIO

Sandra Papadopulos

DOI 10.22533/at.ed.50620180517

CAPÍTULO 18 188

IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR NO INCENTIVO AS INTERAÇÕES SOCIAIS PARA A PREVENÇÃO E COMBATE AO *BULLYING*

Oliria Maria Palitot da Costa Pessoa

Fábio Ricardo Martins Pessoa

Luana Palitot da Costa Pessoa

José Willames Pereira da Costa Filho

Maria Dilma Costa de Sousa

Lucas Costa Batista

DOI 10.22533/at.ed.50620180518

CAPÍTULO 19 201

POTENCIAL DE FITORREMEDIAÇÃO DO AZEVÉM E CORNICHÃO EM SOLOS CONTAMINADOS COM IMAZAPIR + IMAZAPIQUE

Beatriz Wardzinski Barbosa

Kellyn Klein

Mirla Andrade Weber

DOI 10.22533/at.ed.50620180519

CAPÍTULO 20 209

QUALIDADE EM SAÚDE PÚBLICA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SOBRAL-CE

Leidy Dayane Paiva de Abreu

Francisco Bruno Monte Gomes

Lívia Alves de Souza

Erandir Cruz Martins

Francisca Emanuela Paiva de Abreu

Petronio Silva de Oliveira

Maria Magnólia Batista Florêncio

José Laécio de Moraes

Francisco Evanildo Simão da Silva

DOI 10.22533/at.ed.50620180520

CAPÍTULO 21	221
RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: REFLEXÕES ACERCA DA ESTRUTURA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO E DA PRÁTICA DOCENTE NO PROCESSO EDUCACIONAL	
<p> Marciele Gomes Rodrigues Thalita Brenda dos Santos Vieira Letícia de Andrade Ferreira Raiane de Brito Sousa Rayane Erika Galeno Oliveira Marcos Jadiel Alves </p>	
DOI 10.22533/at.ed.50620180521	
CAPÍTULO 22	232
TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA VERSUS “ESCOLA SEM PARTIDO”: EDUCAR PARA ÉTICA E CIDADANIA COMO ALTERNATIVA AO Esvaziamento da Esfera Pública	
<p> Rafael Britto de Souza Claudia Teixeira Gadelha Isabella Nunes de Albuquerque Vicente Thiago Freire Brazil Alison Peterson Alves de Matos Francisco Edineudo Sousa Ferreira Rodrigo Raimar Andrade Leite </p>	
DOI 10.22533/at.ed.50620180522	
CAPÍTULO 23	241
UMA REFLEXÃO SOBRE A AUTODECLARAÇÃO DA SEXUALIDADE A PARTIR DA VISÃO DE FUTUROS PROFESSORES	
<p> Joseanne Aparecida Maramaldo Levi José Gregório Viegas Brás </p>	
DOI 10.22533/at.ed.50620180523	
CAPÍTULO 24	250
EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS	
<p> Marcelo Máximo Purificação Nélia Maria Pontes Amado </p>	
DOI 10.22533/at.ed.50620180524	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	259
ÍNDICE REMISSIVO	260

POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS NA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O FUNDEB

Data de aceite: 11/05/2020

Vanessa de Aguiar Oliveira Laja

Mestranda em Práticas Docentes no Ensino Fundamental na Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES.

Elisabeth dos Santos Tavares

Doutora em Educação (Currículo) pela PUC-SP. Coordenadora do Núcleo de Educação a Distância e Professora Titular no Programa de Pós Graduação – Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental, na Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES.

Michel da Costa

Doutor em Educação Matemática pela UNIAN-SP. Professor Doutor na Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES.

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de trazer à tona a reflexão acerca das Políticas Públicas no cenário brasileiro, considerando os impactos com as eventuais mudanças legais, metodológicas e sociais que, conseqüentemente, atingirão diretamente o funcionamento e a qualidade da Educação Básica nas instituições públicas. Em um contexto em que se buscava ampliar o ensino obrigatório de 9 (Ensino Fundamental) para 14 anos (Educação Infantil - Pré-Escola ao Ensino Médio), o FUNDEB – Fundo de

Desenvolvimento da Educação Básica foi criado com princípios que, segundo documentos oficiais, valorizam a gestão democrática, a transparência e a descentralização da gestão financeira dos recursos, visando à valorização dos profissionais da educação e contribuindo para a manutenção das instituições de ensino, conforme o previsto pela Constituição Federal e pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Os Conselhos de acompanhamento e controle social criados para o FUNDEB em cada ente federativo demonstram uma preocupação com os princípios constitucionais e fortalecem a necessidade de participação da população na supervisão do uso dos recursos financeiros, ainda que, mesmo assim, possam não funcionar. Dessa forma, o FUNDEB, hoje, é prioritário para a nação e deve ser visto como essencial pela sociedade, uma vez que assume a difícil tarefa de equalizar os recursos oriundos dos entes federativos e complementados pela União, fornecendo mais subsídios aos menos favorecidos, mostrando-se necessário à garantia de educação para todos, e de forma permanente.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. FUNDEB. Gestão democrática da educação. Estado e políticas sociais.

ABSTRACT: This paper aims to bring up the reflection about Public Policies in the Brazilian scenario, considering the impacts with eventual legal, methodological and social changes that will consequently directly affect the functioning and quality of Basic Education in public institutions. In a context that sought to expand compulsory education from 9 years old (elementary school) to 14 years old (kindergarten - pre-school to high school), FUNDEB - Basic Education Development Fund was created with principles that value democratic management, transparency and decentralization of financial management of resources, aiming at valuing education professionals and contributing to the maintenance of educational institutions, as provided by the Federal Constitution and the current National Education Guidelines and Bases Law. The social monitoring and control councils consequently created for FUNDEB in each federative entity demonstrate the concern with constitutional principles and strengthen the population in the sense of supervising and demanding the use of financial resources. In this way, FUNDEB is a priority for the nation, as it plays an essential role in the vision of society, in the sense that it assumes the difficult task of equalizing the resources coming from all federal entities, complemented by the Union and providing more subsidies to the less favored, showing itself if necessary to guarantee education for all.

KEYWORDS: Public Policies. FUNDEB. Democratic education management. State and social policies.

1 | POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENÁRIO BRASILEIRO

No Brasil, programas e ações implementadas pelo Estado visam garantir os direitos previstos na Constituição Federal e em outras legislações. Dentro desse contexto, a política social, no capitalismo é tão importante quanto contraditória, pois seu alcance tem sido limitado, além de não ultrapassar a lógica do sistema. Entretanto, à medida que se acionam iniciativas mais estruturais, relacionadas a educação, cidadania, ciência e tecnologia, pode-se aumentar, sensivelmente, a oportunidade de algum redirecionamento significativo e mesmo ampliar a potencialidade de superação.

O Estado detém papel relevante na política social, muito embora, no espaço participativo, a função tem se apresentado mais como de instrumentação, de execução do que de formulação.

Segundo Hofling (2001), Políticas Públicas são entendidas como “o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”. Dessa forma, as políticas públicas são compreendidas como de responsabilidade do Estado, embora não se restrinjam a políticas estatais porque, embora envolvam um processo de tomada de decisões por parte dos órgãos públicos, devem, também, envolver diferentes organismos e

agentes da sociedade relacionados à política implementada.

Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais. E políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (HOFLING, 2001 p.31).

Vale destacar que uma política social de origem “superior” (pública, empresarial, acadêmica, religiosa etc.) pode correr o risco intrínseco de ser estratégia de controle social e desmobilização dos “desiguais”, seguindo a lógica do poder tal como indicados nos estudos de Bordenave (1994).

Embora o embate ideológico entre o que se poderia nominar como progressistas ou conservadores seja caracterizado por posicionamentos divergentes acerca das questões que envolvem o papel do Estado, sobretudo em relação às características, causas e justificativas da ação estatal, liberais e marxistas, por caminhos próprios, convergem em relação à importância da intervenção do Estado na educação, como forma de assegurar ensino para toda a população, cuja garantia de oferta, nos diversos países do mundo, ocorre de diferentes formas e com distintas combinações entre o poder público local, regional e central.

Portanto, política social pode ser contextualizada, de partida, do ponto de vista do Estado, como uma proposta planejada para o enfrentamento da desigualdade social. Por trás da política social, existe a questão social, definida desde sempre como a busca de composição pelo menos tolerável entre alguns privilegiados que controlam a ordem vigente, e a maioria marginalizada que sustenta (DEMO, 2006, p. 14).

Muito avançamos em nossa história. No século XIV, no regime monárquico, o rei detinha todo o poder sobre um povo. A relação entre governantes e governados era desigual, aos súditos só cabia obedecer e o rei decidia o que era melhor a todos. Essa situação só começaria a se alterar com dois momentos históricos no final do século XVIII: a Revolução Americana, que resultou na independência dos Estados Unidos da América e a Revolução Francesa, marcada pelo desejo da população de reivindicar a própria cidadania. Esses fatos mudaram a história da humanidade e deixaram uma herança muito importante em valores, ideais, tradições e documentos, como a Declaração dos Homens e Cidadãos, afirmando vários direitos, também chamados de direitos inalienáveis que não dependiam somente de quem estava no governo e dos quais nem a própria pessoa podia abrir mão, o direito à vida, por exemplo,.

2 | O PERCURSO HISTÓRICO DO FUNDEB

Nesse contexto, diferente do ser apenas súdito, o cidadão passa a apresentar uma outra forma de protagonismo. Também vive subordinado ao governo, mas tem

como contraponto o respeito aos seus direitos, tem a cidadania reconhecida como uma construção coletiva, e cada um cumpre seus deveres perante a comunidade e o Estado. O cidadão contribui para que todos possam cumprir os seus deveres, construindo-se, assim, uma comunidade forte, comunidade política com esses valores incorporados, em que a cultura de um povo se torna patrimônio coletivo. Um bom exemplo disso é a Constituição atual, aprovada em 1988, chamada de Constituição Cidadã, porque o País havia saído de um período em que vários direitos civis e sociais haviam sido restringidos. Seu Artigo 5º prevê:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo –se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988).

O processo de reforma do Estado, no Brasil, implementado a partir da década de 1990, esteve condicionado à natureza das relações entre Estado e sociedade e entre os vários níveis de governo. Os resultados alcançados variavam de acordo com a política e os locais onde foram implementados.

Em um processo de transferência de atribuições, a riqueza econômica, a capacidade fiscal e administrativa dos governos locais exercem um fator diferenciador. Para a implementação da descentralização, é decisiva a estratégia governamental de incentivo para que os governos locais queiram assumir tais atribuições (TAVARES, 2003, p.7).

Nessa “descentralização”,

[...] apresenta-se a coexistência de espaços de decisão e ação descentralizados e privados juntamente com outros espaços altamente centralizados e intervencionistas, substituindo-se então o Estado social pelo Estado controlador, avaliador (TAVARES, 2003, p.9).

Em relação ao Financiamento da Educação, a legislação brasileira estabelece, na Constituição Federal de 1988, a vinculação de receita de impostos para Educação, estados e municípios que devem aplicar, no mínimo, 25% dessa receita no desenvolvimento do Ensino e, no caso da União, 18%.

Na realidade, a estruturação do financiamento da educação no Brasil deu-se a partir da década de 1930. Sustentada, porém, principalmente, pela vinculação de parcela dos recursos provenientes da receita de impostos arrecadados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEF, em 1996, dá-se considerando a proposta de descentralização, assim como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB dez anos depois (2006). A criação desses fundos não deixa de representar um avanço no mecanismo de repartição dos recursos vinculados, pela inserção da variável “número de alunos” no processo de distribuição automática do montante gerado, em favor dos governos.

O início do processo de formulação do FUNDEB ocorreu em virtude da necessidade de suprir algumas fragilidades do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). De maneira gradual, em janeiro de 2007, o FUNDEB foi sendo introduzido, com previsão de ser concluído em 2009. Esse Fundo foi instituído pela Emenda Constitucional (EC) nº 53 (BRASIL, 2006) e regulamentado pela Medida Provisória nº 339 (BRASIL, 2006), posteriormente convertida na Lei nº. 11.494 (BRASIL, 2007).

Trata-se de um Fundo de natureza contábil que é constituído em cada estado da federação, em parte, por 20% do total arrecadado com os principais impostos estaduais, ou seja, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) e Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Outra parte do Fundo é constituída por valores transferidos da União para o estado, que são: Fundo de Participação dos Estados (FPE), Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPIexp), Desoneração das Exportações, com a Lei Complementar nº. 87 (BRASIL, 1996d). Constituem-no ainda valores que são repassados da União para os municípios: Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a cota parte de 50% do Imposto Territorial Rural (ITR) devida aos municípios (RAMOS e DI GIORGI, 2011, p.626).

Os recursos desse fundo contábil têm sua distribuição entre o estado e seus municípios e se dá na direta proporção do número de matrículas na educação básica de suas redes de ensino, tendo as diferentes etapas da Educação Básica ponderações. O total de matrículas de cada rede de ensino é multiplicado por um fator de ponderação para se chegar ao valor que deverá ser enviado a cada estado e município. Esse fator de ponderação representa quanto vale cada matrícula, havendo dezenove fatores de ponderação e sendo a matrícula no ensino fundamental urbano, nas séries iniciais, a base de cálculo.

A matrícula em um curso integral ou em escola no campo precisa de mais recursos, portanto vale mais do que uma matrícula em tempo parcial. Para esse cálculo, utilizam-se os dados do censo escolar. Fica a cargo dos gestores informar o número de alunos matriculados nas redes de ensino em cada etapa e modalidade.

[...] para que um aluno de EJA custe menos que um aluno do ensino fundamental, a não ser que se tenha como objetivo oferecer-lhe uma educação de baixa qualidade. Estranho é também o ensino médio ter um fator de ponderação superior ao das séries finais do ensino fundamental [...], uma vez que os seus professores possuem a mesma formação e no ensino médio, segundo dados do INEP, a razão alunos/turma é maior, o que reduz os custos (RAUBER, 2014, p. 891).

A partir desses dados uma comissão intergovernamental, formada pelo Ministro da Educação, cinco representantes da CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e cinco da UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), define um valor para cada tipo de matrícula. Nos estados em que os recursos não são arrecadados ou não são suficientes para atingir o

mínimo nacional, o Governo Federal faz uma complementação, que tende a corrigir parcialmente uma distorção, que é a disparidade gigante entre o arrecadado e a demanda, por exemplo, de estados e municípios que têm pouca arrecadação, mas têm uma obrigação muito importante na área da Educação.

[...] parcela da complementação da União, no limite de até dez por cento de seu valor anual, poderá ser distribuída para os Fundos por meio de programas direcionados para a melhoria da qualidade da educação básica. Tal medida significa um retrocesso, pois, na prática, significa diminuir os recursos diretamente repassados para estados e municípios e para a valorização do magistério e demais investimentos diretos na educação básica (SOUSA JUNIOR, 2007, p. 06).

É importante ressaltar que existem regras para a utilização dos recursos do FUNDEB e que, de toda a verba recebida, o gestor deve destinar, no mínimo, 60% para o pagamento de profissionais do magistério em efetivo exercício, e os outros 40% ficam para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, conforme determina o Artigo 70 da LDB (BRASIL, 1996).

Esse artigo da LDB especifica no que a verba pode ser gasta, como despesa de manutenção e desenvolvimento do ensino. Portanto, é possível investir em transporte, aplicar em material didático, capacitar profissionais do magistério e outros profissionais da educação, construir, ampliar, reformar e equipar uma escola.

O Artigo 71 da própria LDB determina onde os recursos não podem ser usados: ações de assistência social, odontológica, médica, farmacêutica e de alimentação não podem ser consideradas despesas custeadas com o recurso do FUNDEB, por não serem ações educativas.

Para realizar a tarefa de acompanhar e controlar a distribuição, transferência e aplicação dos recursos, o FUNDEB conta com um Conselho de Acompanhamento e Controle Social, formado por representantes do poder local, professores, diretores, pais, alunos e servidores. Esse conselho tem a competência de examinar e fiscalizar aquilo que o poder público faz com o dinheiro da Educação, quanto de recurso recebeu, no que foi aplicado e onde, observando-se que, se o município não tiver esse conselho, não receberá a verba.

É importante ainda saber que as Secretarias de Educação são responsáveis pela administração dos recursos do FUNDEB, como prevê o Artigo 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Existe, ainda, atuação regulatória por parte da União e estabelecimento de fatores de ponderação diferenciados, por parte de estados e municípios, de etapas e modalidades de ensino mais “rentáveis”.

Outro fator que aponta na mesma direção é a complementação do Governo Federal ao Fundo ter sido estipulada em 10%, o que tende a balizar os estados contemplados por esse recurso por um padrão mínimo de financiamento e, conseqüentemente, de qualidade, tal qual ocorria com o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do

Magistério).

Portanto, é necessário revisar a engenharia do FUNDEB e a política educacional do País para a adoção de um padrão de qualidade e um regime de colaboração entre os entes federados. As projeções financeiras do novo Fundo não evidenciam um impacto no crescimento do investimento em educação, com elevação do valor disponível por aluno/ano da educação básica, quando conjugadas com os níveis de crescimento exigidos no atendimento das metas físicas delineadas no Plano Nacional de Educação.

O FUNDEB constitui uma política essencialmente redistributiva de natureza compensatória. Isso posto, seu mecanismo consiste na redistribuição de recursos financeiros existentes, e o benefício decorrente, em favor de um determinado ente governamental, resulta da transferência de recursos de um ou mais entes governamentais, localizados no âmbito de cada unidade federada estadual. Esse fluxo financeiro, orientado pelo quantitativo de alunos matriculados, desencadeou significativo processo de municipalização do Ensino Fundamental, acentuando a movimentação desses recursos dos governos estaduais em direção aos governos municípios.

No entanto, o FUNDEB não representa um conjunto de bem-sucedidas modificações. Vários são os aspectos criticados por estudiosos das políticas públicas voltadas para o financiamento da educação, destacando-se como principais aspectos vulneráveis ou negativos o valor mínimo nacional por aluno/ano, conseqüentemente, o aporte de recursos federais para a complementação do Fundo, e a baixa efetividade do trabalho dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social, entre outros.

É importante ressaltar que isso gerou condições para melhorar a transparência e a visibilidade da gestão pública, além de evidenciar efeitos positivos sobre a diminuição das diferenças regionais. Tudo indica que o FUNDEB aliado a uma maior participação popular pode fazer avançar esse processo.

Todo cidadão, ao participar ativamente das políticas sociais, em especial da educação, exerce uma cidadania ativa, que, em sua dimensão política, é a posse e o exercício de um conjunto de direitos e deveres de natureza civil política e social. No exercício de sua cidadania, age em prol do bem comum, uma vez que os problemas da comunidade afetam a todos.

Uma gestão mais democrática, inclusive com um conselho gestor e não apenas de acompanhamento social, poderá intensificar os pontos positivos da política de fundos para a educação e avançar na diminuição das diferenças regionais quanto aos recursos disponíveis para a educação.

Em geral os defensores da participação, desde a Grécia Antiga, utilizam como defesa do processo participativo o fato de que este contribui para o

desenvolvimento de nossas qualidades éticas e morais, além de estar no âmago da própria ideia de SER HUMANO. É nas relações com outros seres “humanos” que somos capazes de constituir uma SOCIEDADE (BORDENAVE, 1994, p.34) .

É fundamental, portanto, ampliar a participação social nas decisões da política educacional e qualificar essa participação.

A relação entre sociedade e Estado, o grau de distanciamento ou aproximação, as formas de utilização ou não de canais de comunicação entre os diferentes grupos da sociedade e os órgãos públicos – que refletem e incorporam fatores culturais, como acima referidos – estabelecem contornos próprios para as políticas pensadas para uma sociedade. Indiscutivelmente, as formas de organização, o poder de pressão e articulação de diferentes grupos sociais no processo de estabelecimento e reivindicação de demandas são fatores fundamentais na conquista de novos e mais amplos direitos sociais, incorporados ao exercício da cidadania (HOFLING, 2001, p.39).

Vale acrescentar que os recursos do FUNDEB, de direito, já eram dos estados e municípios, pois são estabelecidos constitucionalmente, e são de repasse da União e dos próprios estados.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O FUNDEB, tratado como ação pública, articulado com as demandas da sociedade, pode se voltar para a construção de direitos sociais, especialmente porque o Brasil tem uma sociedade extremamente desigual e heterogênea. Isso exige que a política educacional desempenhe um importante papel em relação à democratização da estrutura organizacional das secretarias de educação e à formação dos cidadãos.

No entanto, a Emenda Constitucional que criou o FUNDEB em 2006 estabeleceu o prazo de vigência do fundo até 2020, portanto, neste momento histórico, acompanha-se uma discussão decisiva que ocorre no Parlamento.

Um novo modelo ainda não está formulado e decorre de posições do Parlamento e do Governo atual, em que se pautam questões como a proposição de desvinculação total do orçamento, o que significaria eliminar qualquer mecanismo de garantia de financiamento enquanto política pública e social. Como o FUNDEB é uma política essencialmente de vinculação de receita para a Educação, estaria ameaçada diante dessa proposta. Outra preocupação se refere à dificuldade de se avançar no momento em matérias de políticas social e educacional, e prorrogar o FUNDEB nos moldes atuais seria perder uma oportunidade de aperfeiçoá-lo . Tal fundo tem suas limitações, não é capaz de assegurar a qualidade na Educação, tampouco a democratização do acesso à escola. Os recursos arrecadados não garantem o pagamento do piso nacional do magistério e políticas de valorização efetivas se consideradas as metas do Plano Nacional de Educação.

Embora com observações, o FUNDEB ainda é um mecanismo que estrutura os elementos essenciais da política de Educação no País. Com base nele, os municípios contratam professores, ampliam vagas e criam escolas, mesmo que a expansão seja limitada em relação ao que se espera. Hoje o principal limitador dessa política é a não incorporação de um critério custo X qualidade. Outro fator importante é que se trata de um fundo fechado. Quanto mais são os atendidos por ele, o efeito é a redução do valor médio por aluno, instrumento inadequado à expansão da oferta de vagas.

Em muitos municípios, essa verba é a maior fonte de receita, cerca de 80 / 90% do que se aplica em educação, portanto é assustador pensar em uma possível descontinuidade do FUNDEB, que representaria uma espécie de paralização da educação brasileira, uma vez que os municípios perderiam a condição de custear os investimentos no setor educacional.

O Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que tem como participantes várias instituições, associações e movimentos, formulou uma Nota Técnica, **NOVO FUNDEB: EM NOME DE UM CONSENSO QUE PROMOVA O DIREITO À EDUCAÇÃO**, que

[...] apresenta análises e traz recomendações sobre o que está em debate na tramitação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação) na Câmara dos Deputados. Ele busca tanto informar a sociedade brasileira sobre o tema quanto pretende auxiliar a decisão dos parlamentares. De forma transparente, também exprime a posição da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. (CNDE, 2019)

Na primeira parte, o documento apresenta um posicionamento público da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que faz um gesto em busca do consenso. A segunda e terceira partes do documento são fruto de um trabalho realizado por Andréia Mello Lacé, Andressa Pellanda, Catarina de Almeida Santos, Fernanda Vick Sena, Salomão Ximenes e Daniel Cara, resultado de um esforço coletivo.

A segunda parte traz um quadro que analisa o texto original da PEC 15-A/2015, a primeira minuta de substitutivo apresentada em 2019 à PEC 15-A/2015, as 5 emendas parlamentares à PEC 15-A/2015 e, enfim, analisa a posição do Ministério da Educação do governo Bolsonaro, materializada por meio de Ofício encaminhado à relatora da matéria - deputada Prof.a Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO). A terceira e última parte, pela gravidade do tema, traz uma análise mais aprofundada de emendas que buscam constitucionalizar o gerencialismo e possibilidades de privatização da educação, o que fere os princípios da Constituição Federal de 1988, bem como contradiz a bibliografia consolidada sobre a gestão educacional (BRASIL, 2019).

O que a nota técnica defende é que o novo Fundeb passe a ser uma política permanente, com capacidade de criar matrículas e “universalizar um padrão de qualidade capaz de garantir o processo de ensino-aprendizagem”. No entanto,

também destaca que os textos em tramitação no Congresso não caminham nessa direção.

Evidentemente estamos vivendo no País um ataque à educação pública e ao financiamento das políticas sociais, e essa discussão deve seguir até o final do presente ano, portanto se faz necessária a luta no sentido de assegurar as conquistas que temos hoje e repensar a educação que queremos para os brasileiros.

Pelo que já se apresentou, sabe-se que, com vontade política e participação cidadã, pode-se reverter o presente cenário.

REFERÊNCIAS

ARRECADADAÇÃO e investimento dos recursos da educação – Como funciona o FUNDEB? [s.l./s.n.], 2013. 1 vídeo (6 minutos). Publicado pelo Conviva Educação. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IVhkU_gW5OY. Acesso em 16.Abr.2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 16.Abr.2020.

_____. **Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos artigos 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição e [...] Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm Acesso em 16.Abr.2020.**

_____. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 16.Abr.2020.

_____. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação [...] Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm. Acesso em 16.Abr.2020.

_____. **Proposta de Emenda Constitucional nº 15/2015**. Parecer da Relatora. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2015]. Disponível em: https://www.camara.leg.br/prop_mostrarintegra?codteor=1862016&filename=Parecer-PEC01515-03-03-2020. Acesso em 15.Abr.2020.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORGES, V. O. **Fundo de Manutenções e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB: Impactos Financeiros Junto aos Governos Estaduais e Municipais, nos primeiros cinco anos da sua Implantação**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Faculdade de Educação. Brasília/DF Março de 2007. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2832/1/2007_VanderOliveiraBorges.pdf Acesso em 16.Abr.2020.

CONTROLADORIA - Geral da União. Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas Fundeb. **Orientações para acompanhamento das ações do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação**. Brasília, DF 2011. http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/ef_fundeb.pdf Acesso em 10.Mar.2020.

CNDE - Campanha Nacional pelo Direito à Educação. **Nota Técnica NOVO FUNDEB: EM NOME DE UM CONSENSO QUE PROMOVA O DIREITO À EDUCAÇÃO**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/56a-legislatura/pec-015-15-fundeb/documentos/outros-documentos/nota-tecnica-por-um-consenso-no-fundeb>. Acesso em 16.Abr.2020.

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania**, Campinas, SP. Papyrus, 1996.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. In **Cadernos Cedes**. Ano XXI, nº 55. Campinas, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acesso em 16.Abr.2020.

RAMOS, Regina Célia. DI GIORGI, Cristiano Amaral. Do Fundef ao Fundeb: avaliando o passado para pensar o futuro: um estudo de caso no município de Pirapozinho – SP. In: **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Vol. 19. n. 72. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362011000400009. Acesso em 16.Abr.2020.

RAUBER, Ana Maria da Trindade Rodrigues. **Concepções e perspectivas de educação: um estudo do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos – CEEJA – Dourados/MS**. Dourados: Caio Cezar Melo Ferri Editor, 2014.

SANTOS. Prefeitura Municipal. **CMACS - FUNDEB** - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Disponível em: <https://www.santos.sp.gov.br/?q=institucional/lista-de-conselhos>. Acesso em 10.Mar.2020.

SOUSA JUNIOR, Luiz de. FUNDEB: novo fundo, velhos problemas. In: **30ª Reunião Anual da ANPEd: 2007**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/fundeb-novo-fundo-velhos-problemas>. Acesso em 16.Abr.2020.

TAVARES, Elisabeth dos Santos. **A proposta de descentralização no sistema educativo do Estado de São Paulo: um modelo de gestão para as Diretorias de Ensino: do discurso às práticas**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa Educação: Currículo. São Paulo, 2003. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/10190/1/Elisabeth%20dos%20Santos%20Tavares.pdf> Acesso em 05.Mar.2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizado 7, 13, 18, 33, 34, 37, 43, 44, 68, 133, 147, 169, 170, 171, 174, 176, 177, 181, 186, 193, 216, 218, 230, 253

Arte 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 65, 90, 148, 150, 187, 193, 194, 196, 259

Avaliação em processo 131, 134, 135

B

Bilinguismo 32, 33, 34, 37, 39, 43

C

Cidadania 21, 77, 78, 79, 82, 84, 85, 88, 101, 102, 103, 106, 107, 110, 111, 112, 117, 129, 146, 182, 219, 232, 233, 234, 237, 239

Cuidar 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 65, 139, 219

Cultura de paz 195

E

Editais 143, 144, 150, 151, 152, 154, 156, 157

Educação no Brasil 91, 95, 100, 103

Educar 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 45, 63, 92, 178, 200, 231, 232, 238

Ensino Religioso 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119

Escola 29, 30, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 53, 54, 56, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 71, 74, 85, 90, 92, 98, 99, 100, 104, 105, 107, 111, 112, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 126, 129, 130, 141, 146, 148, 157, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 171, 174, 176, 177, 180, 181, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 222, 223, 224, 225, 226, 228, 230, 231, 232, 233, 235, 237, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 253, 259

Escolas do amanhã 59, 65, 67, 71

Estágio Supervisionado 1, 2, 6, 8

Estudo de caso 38, 53, 58, 110, 131, 136, 137, 141

F

Formação de Professores 2, 14, 20, 49, 53, 54, 55, 58, 74, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 154, 159, 161, 162, 167, 223, 230, 250, 252, 254, 255, 257, 258, 259

Formação Docente 9, 11, 13, 20, 53, 121, 122, 123, 127, 148, 162, 167, 168, 187, 257, 258

FUNDEB 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110

G

Gestão democrática 100, 191

Gestão escolar 49, 55, 113, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 196, 199

H

Herbicida 202, 205, 207, 208

I

IDEB 47, 48, 50, 59, 60, 61, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 73

Inovação no Ensino 120, 121

Interações sociais 188, 189, 190, 191, 192, 199

Interdisciplinaridade 1, 6, 8, 124, 127, 230

L

Legislação 32, 34, 35, 36, 98, 103, 114, 115, 116, 118, 190

M

Metodologias Ativas 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 141, 182

P

Participação política 76, 83, 97

Pedagogo 91, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 155, 158, 244, 258

Plano de Ações Articuladas 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

Polícia e Escola 112

Políticas Educacionais 49, 50, 52, 58, 91, 99, 191, 199, 252, 258, 259

Políticas Públicas 33, 47, 48, 50, 52, 55, 62, 74, 86, 92, 93, 94, 95, 98, 100, 101, 102, 106, 110, 111, 113, 259

Prática docente 38, 120, 123, 221, 222, 224, 228, 254, 256

Professor 12, 13, 14, 15, 19, 20, 25, 32, 34, 35, 38, 39, 40, 42, 78, 85, 87, 91, 100, 113, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 132, 133, 134, 138, 139, 140, 146, 159, 160, 161, 162, 163, 167, 169, 170, 171, 173, 175, 177, 178, 180, 184, 186, 187, 193, 198, 200, 217, 222, 223, 224, 228, 229, 231, 241, 243, 248, 250, 253, 254, 255, 256, 258, 259

R

Residência 221, 222, 223, 224, 229, 230

S

Saúde Ambiental 209, 210, 211, 212, 213, 215, 218, 219, 220

T

Tecnologias 11, 13, 14, 16, 18, 19, 21, 35, 78, 79, 80, 84, 85, 87, 88, 127, 128, 129, 130, 146, 148, 150, 169, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 235, 241, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258

 **Atena**
Editora

2 0 2 0